

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

PARTE I

1. VISÃO CONSTITUCIONAL	19
2. ENTIDADES FAMILIARES	21
2.1 Casamento	23
2.2 União estável	24
2.3 Concubinato	26
2.4 Família monoparental	27
2.5 Família pluriparental	27
2.6 Família homoafetiva	28
2.7 Família eudemonista	30
2.8 Namoro e outros vínculos familiares	30
3. PRINCÍPIOS	33
3.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	34
3.2 Princípio da acessibilidade	35
3.3 Princípio da prevalência do casamento	35
3.4 Princípio da isonomia de gêneros	36

3.5	Princípio da solidariedade familiar	37
3.6	Princípio da temporariedade	38
3.7	Princípio da paternidade responsável	38
3.8	Princípio da proteção integral	38
4.	CASAMENTO	41
4.1	Introdução	41
4.2	Princípios	41
4.3	Natureza jurídica e finalidade	42
4.4	Capacidade matrimonial	43
4.5	Impedimentos para o casamento	44
4.6	Efeitos do casamento	47
4.7	Dissolução da sociedade conjugal	48
5.	UNIÃO ESTÁVEL	51
5.1	Conceito	51
5.2	Espécies	52
5.3	Requisitos	53
5.4	Obrigações	54
5.5	Efeitos jurídicos	55
5.6	Competência	57
6.	CONCUBINATO	59

PARTE II

1.	ASPECTOS CONSTITUCIONAIS	63
1.1	Princípio da proteção integral	63
1.2	Princípio da dignidade da pessoa humana	66
1.3	Princípio da igualdade	67
1.4	Visão dos tribunais	68
2.	HERMENÊUTICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO	73
3.	ESTRUTURA JURÍDICA	79
3.1	Objeto tutelado	79
3.2	Sujeitos	83

3.2.1 Sujeito ativo	83
3.2.2 Sujeito passivo	84
3.2.3 Ministério Público	85
4. TUTELA ADMINISTRATIVA	87
4.1 Medidas administrativas gerais	87
4.1.1 Medidas gerais preventivas	88
4.1.2 Medidas gerais reagentes	91
4.2 Medidas de natureza policial	95
4.3 Medidas ministeriais e judiciais	96
4.3.1 Medidas ministeriais	96
4.3.2 Medidas judiciais	97
4.4 Outras providências gerais de caráter administrativo	100
4.4.1 Equipe de atendimento multidisciplinar	100
4.4.2 Aparato material da LVM	101
4.4.3 Base de dados	103
4.4.4 Medidas efetivadas	103
5. AUTOTUTELA	109
6. TUTELA CIVIL	111
6.1 Relações imateriais e indenização por danos material e moral .	111
6.1.1 Integridade moral propriamente dita	112
6.1.2 Integridade física	112
6.2 Alimentos	114
6.3 Separação de corpos	118
6.4 Guarda e visita	119
6.5 Tutela patrimonial	121
7. TUTELA PROCESSUAL CIVIL	123
7.1 Introdução e legislação aplicável	123
7.2 Competência	124
7.3 Foro universal	126
7.4 Competência especial	128
7.5 Decisões judiciais	129

8. TUTELA PROCESSUAL COLETIVA.....	131
8.1 Interesses tuteláveis	131
8.2 Legitimados	132
8.3 Ministério Público	135
9. TUTELA PENAL	137
9.1 Lesão corporal – art. 129, §§ 9.º e 11, do Código Penal	137
9.2 Circunstância legal agravante – art. 61, inciso II, alínea <i>f</i> , do Código Penal	139
9.3 Medida cautelar administrativo-penal – art. 22, inciso I, LVM.	142
9.4 Renúncia à representação – art. 16, LVM	143
9.5 Sanção aplicável – art. 17, LVM	146
10. TUTELA PROCESSUAL PENAL	149
10.1 Competência	149
10.2 Atendimento pela autoridade policial	149
10.3 Natureza da ação	152
10.4 Prisão cautelar	153
10.5 Execução penal – art. 45, LVM	154
10.6 Outras disposições – arts. 21, 27 e 28 da LVM	154
BIBLIOGRAFIA	157